

Rede de Ensino Doctum – Caratinga

Trabalho de conclusão de curso

**NECROPOLÍTICA: MARGINALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO
DE RUA NO BRASIL**

Autor (a) Aline Sophia Silva

Autor (a) Edna Ferreira Martins Rosa

Autor (a) Helen Aparecida do Nascimento

RESUMO

A relação entre necropolítica e marginalização da população em situação de rua reside na forma como o Estado e outras instituições exercem poder sobre essas pessoas. A necropolítica se manifesta em políticas e práticas que não apenas negligenciam os direitos e necessidades básicas da população em situação de rua, mas também as submetem a condições de vida extremamente precárias. Isso inclui a falta de acesso a moradia, saúde, educação e trabalho, bem como a exposição a violência, abuso e criminalização por parte das autoridades. A marginalização da população em situação de rua é, portanto, um exemplo concreto de como a necropolítica opera, perpetuando a exclusão e a violência contra aqueles que são considerados socialmente

Palavras-chaves: Necropolítica, Marginalização, Rua, Direitos, População, Governo, Sociedade.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho pretende-se abordar o tema Necropolítica Marginalização das pessoas em situação de rua no Brasil, pois acredita-se que este tema pode contribuir significativamente para discutir o sistema concebido para garantia dos direitos por meio de políticas públicas, leis e programas que visam à ressocialização da população em situação de rua, para que passe, aos poucos, a resgatar sua cidadania.

Neste artigo, o objetivo geral é refletir sobre as ações que revertem a situação de forma equilibrada e sustentável do ponto de vista econômico e político, ao mesmo tempo que promovem a integração entre o governo e a sociedade.

A marginalização das pessoas em situação de rua no Brasil encontra-se na sua importância social, no debate contemporâneo sobre poder e governo, no papel do Estado e das políticas públicas, na identificação de violações dos direitos humanos e na contribuição para uma vida mais justa e humanitária. Quais são os desafios legais enfrentados na proteção dos direitos humanos e da dignidade da população em situação de rua em face da aplicação de políticas públicas que refletem uma abordagem de necropolítica?

Tendo como hipótese a aplicação de políticas públicas que refletem uma abordagem de necropolítica representa um desafio significativo para a proteção dos direitos humanos e da dignidade da população em situação de rua, devido à ênfase na exclusão e na violência em detrimento da inclusão e da assistência social.

A necropolítica refere-se a uma forma de poder que se concentra na gestão da vida e da morte das pessoas, muitas vezes através de práticas de exclusão e destruição. No contexto da população sem-abrigo, isto pode ser como políticas que visam apenas eliminar ou retirar estas pessoas do espaço público, em vez de responder às suas necessidades básicas e garantir os seus direitos básicos.

O marco teórico da necropolítica em relação aos direitos humanos de uma pessoa em situação de rua está enraizado na ideia de que certos grupos sociais são considerados "matáveis" ou "sacrificáveis" dentro de uma lógica de poder. Essa concepção é influenciada por teóricos como Achille Mbembe, que desenvolveu o conceito de necropolítica. Na necropolítica, o Estado ou outras instituições exercem formas

de poder que não apenas controlam a vida, mas também decidem quem pode viver e quem deve morrer.

No contexto da população em situação de rua, isso se traduz em políticas públicas que não apenas negligenciam seus direitos humanos básicos, mas também os submetem a condições de vida extremamente precárias, onde a exposição a riscos de morte, violência e doenças é exacerbada. Essa abordagem teórica destaca como as políticas e práticas que marginalizam e desumanizam as pessoas em situação de rua não apenas violam diretamente seus direitos humanos, mas também refletem uma forma de poder que permite ou até mesmo promove a exclusão, a invisibilidade e, em última instância, a violência contra esses indivíduos.

Assim, no primeiro capítulo foi abordado a contextualização teórica e alguns aspectos para sua compreensão.

No segundo capítulo a abordagem é sobre a História da Marginalização da População em Situação de Rua no Brasil.

No terceiro capítulo abordaremos a Análise da Necropolítica na Marginalização da População em Situação de Rua.

No quarto capítulo será abordado as Perspectivas de Mudança e Ação.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

A necropolítica é um conceito que aborda o poder estatal de controlar não apenas a vida, mas também a morte das pessoas. No contexto brasileiro, a marginalização das pessoas em situação de rua é um fenômeno social marcante. Essas pessoas são frequentemente excluídas dos benefícios sociais e têm seus direitos humanos violados, enfrentando condições precárias de vida, violência e falta de acesso a serviços básicos. A necropolítica se manifesta nessa realidade, evidenciando como o Estado muitas vezes adota uma abordagem que não apenas negligencia, mas também perpetua a exclusão e a violência contra essa população vulnerável. A escolha desse tema se justifica pela relevância social e política do problema.

A marginalização das pessoas em situação de rua é uma situação humanitária que demanda atenção imediata. Ao pesquisar a relação entre necropolítica e a situação dessa minoria, busca-se não apenas compreender as causas subjacentes desta marginalização, mas também reconhecer possíveis

caminhos para a transformação social. Além disso, o tema possibilita uma oportunidade para analisar profundamente as políticas públicas e as práticas estatais, com o objetivo de promover a conscientização e a mobilização para a garantia dos direitos humanos e da dignidade dessa população.

O objetivo geral é promover uma análise crítica sobre a aplicação de políticas públicas que refletem uma abordagem de necropolítica na marginalização das pessoas em situação de rua no Brasil, analisar as políticas públicas voltadas para a população em situação de rua no contexto brasileiro, localizar os desafios legais e políticos na segurança dos direitos humanos e da dignidade dessa minoria, identificar como a necropolítica se manifesta nas práticas estatais em relação à população em situação de rua e estudar reflexões e alternativas para o avanço da inclusão social e da garantia de direitos dessa população, objetivando contribuir para melhorias políticas e sociais mais justas e humanitárias.

"Nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é "descartável" e quem não é." (MBEMBE, 2018, p. 45). Achille Mbembe, desenvolveu o conceito de necropolítica. Onde diz que, o estado ou outras instituições exercem formas de poder que não apenas controlam a vida, mas também decidem quem pode viver e quem deve morrer.

1.2 NECROPOLÍTICA: MARGINALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E ALGUNS ASPECTOS PARA SUA COMPREENSÃO.

Conforme mencionado anteriormente, o presente trabalho propõe-se a analisar o fenômeno da necropolítica no cenário de violência efetivada pelo Estado, contra a população em situação de rua. A necropolítica, é um conceito profundamente estudado por Achille Mbembe e que pode ser compreendido como um mecanismo que explora como o poder soberano opera na produção de espaços de morte e exclusão social. No contexto da marginalização da população em situação de rua, essa noção se torna fundamental para entender as dinâmicas que objetivam a invisibilidade e a fragilidade dessa população em situação de rua. Este trabalho se propõe a apresentar a real situação da população em situação de rua na circunstância atual, mostrando o abandono e falta de reconhecimento por parte do Estado com os mesmos. A pesquisa também identifica a escassez de conhecimento

e acesso aos direitos básicos e fundamentais desta população. Através da exposição dos elementos que constituem essa realidade, o objetivo principal deste trabalho é colaborar para uma melhor compreensão da situação e para a promoção de ações que possam garantir os direitos e a dignidade dessa parte da sociedade.

Entende-se, portanto, que, para a temática apresentada neste trabalho, faz-se fundamental a pesquisa do surgimento da população em situação de rua através da Revolução Industrial (1760-1840), que se caracteriza como um marco histórico no que tange à visualização da população em situação de rua. Esse período foi marcado por um crescimento significativo nessa massa social, obrigando-os a migrar para as cidades em busca de sobrevivência no contexto do novo sistema capitalista, esses indivíduos se viram marginalizados e sem condições de se integrar à sociedade urbana, dando origem à população em situação de rua como a conhecemos hoje.

A discrepância entre a divulgação de mão de obra e a disponibilidade de vagas de trabalho durante a Revolução Industrial gerou um impacto social dominador. Famílias inteiras, em busca de oportunidades de sustento, se viam obrigadas a se aglomerar ao redor das indústrias, vivendo em condições precárias e lutando pela sobrevivência.

“No Brasil, a existência de um número tão grande de pessoas em situação de rua é fruto do agravamento de questões sociais. Diversos fatores colaboraram para esse agravamento e, conseqüentemente, para o crescimento da quantidade de indivíduos nessa situação [...]”
(Silva, 2009, p.46).

Silva (2009) aponta que o surgimento da população em situação de rua é um fenômeno complexo com raízes na rápida industrialização da época. A indústria, em crescimento acelerado, não conseguia absorver a mão de obra excedente vinda do campo, gerando um exército de trabalhadores marginalizados. A dificuldade de adaptação ao ritmo frenético e às duras condições de trabalho nas fábricas empurrava esses indivíduos para a mendicância e outras atividades marginalizadas, como o roubo e a vadiagem. Essa realidade, consequência da histórica desigualdade capitalista, deu origem ao pauperismo, um flagelo social que persiste até hoje.

1.3 MECANISMOS DE NECROPOLÍTICA:

Tendo como mecanismos da necropolítica a criminalização, onde a população em situação de rua é frequentemente criminalizada por suas condições de vida, sendo alvo de leis e medidas punitivas que os classificam como marginais e os afastam ainda mais da sociedade. Onde sofrem constante violência física e verbal, tanto por parte do Estado através de ações policiais ostensivas, quanto pela ação de grupos civis e pela própria invisibilidade que os torna alvos fáceis.

“Como instrumento de trabalho. o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho responde a uma necessidade e é utilizado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em ‘estado de injúria’, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos“
(MBEMBE, 2018, p. 28)

A referência de Achille Mbembe foca na condição do escravo como um caso de necropolítica, significando uma vida marcada por um sofrimento sem intervalo. O escravo é percebido como um mero meio de produção com valor financeiro, mas também como uma propriedade destituída de humanidade. Mbembe utiliza essa descrição para demonstrar como o poder necropolítico exerce sua influência sobre a vida, relegando certos grupos a uma existência marcada pela constante opressão e violência.

A exclusão Social faz parte dos mecanismos, pois são excluídos de políticas públicas e serviços básicos e fundamentais, como educação, saúde e moradia, o que os excluem de oportunidades básicas para a reinserção social e os condena à precariedade, onde sofrem um processo intenso de estigmatização, sendo qualificados como criminosos, preguiçosos, dentre outros, o que reforça sua exclusão e dificulta o acesso a direitos e oportunidades.

2. HISTÓRIA DA MARGINALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL:

A história da marginalização da população em situação de rua no Brasil é marcada por uma série de eventos e processos sociais que contribuíram para a sua formação e perpetuação ao longo do tempo. Desde os primeiros contatos entre co-

lonizadores europeus e povos indígenas até os dias atuais, essa população tem enfrentado desafios significativos em sua luta por moradia, dignidade e inclusão social.

Durante o período colonial, os povos indígenas foram frequentemente deslocados de suas terras e submetidos a condições de vida precárias nas periferias das cidades ou em áreas rurais marginalizadas. A chegada dos colonizadores europeus trouxe consigo sistemas de exploração e opressão que impactaram profundamente a vida dos povos nativos, contribuindo para a sua marginalização.

Com a introdução do sistema escravagista, milhões de africanos foram trazidos à força para o Brasil para trabalhar nas plantações e nas cidades. Após a abolição da escravidão em 1888, muitos libertos foram abandonados à própria sorte, sem acesso a emprego, moradia ou apoio do Estado, o que resultou na formação de uma população marginalizada e desamparada.

O processo de industrialização e urbanização do país no final do século XIX e início do século XX trouxe consigo um fluxo massivo de migrantes do campo para as cidades em busca de trabalho. No entanto, a falta de políticas habitacionais adequadas e a concentração de terras nas mãos de poucos levaram à formação de favelas e cortiços, onde condições de vida precárias eram comuns.

Durante períodos de repressão política, como a ditadura militar que governou o Brasil de 1964 a 1985, ativistas políticos e membros de movimentos sociais eram frequentemente perseguidos e muitos acabavam sem-teto após serem desalojados de suas casas ou presos. A violência e a repressão do Estado contribuíram para a marginalização e exclusão social desses grupos.

Ao longo do século XX e início do século XXI, o Brasil enfrentou várias crises econômicas e sociais que exacerbaram a desigualdade de renda e aumentaram o número de pessoas vivendo na pobreza extrema e sem-teto. Políticas públicas insuficientes e a falta de investimento em programas sociais eficazes deixaram muitos brasileiros à margem da sociedade, lutando para sobreviver nas ruas.

A população em situação de rua no Brasil enfrenta estigma, discriminação e violência por parte da sociedade em geral, o que dificulta ainda mais sua inclusão social e acesso a serviços básicos. Apesar dos esforços de organizações da sociedade civil e grupos de apoio, a marginalização dessa população persiste como um desafio social e político urgente que requer uma abordagem abrangente e inclusiva para sua resolução.

3. ANÁLISE DA NECROPOLÍTICA NA MARGINALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:

As pessoas que vivem nas ruas são aquelas que enfrentam vulnerabilidade social significativa, como pobreza extrema, falta de serviços essenciais e discriminação. A falta de reconhecimento social e a exclusão institucional contribuem para a manutenção de condições de vida desfavoráveis. As políticas públicas voltadas para esse grupo muitas vezes não conseguem atender às suas reais necessidades. Apesar da presença de iniciativas de apoio, muitas delas ignoram a autonomia e as opiniões das pessoas que vivem nas ruas. Segundo Silva (2020), a abordagem social das políticas dificulta a inclusão e a concretização plena dos direitos dessas pessoas.

A forma como as forças de segurança trata os sem-abrigo é frequentemente caracterizada por abusos e violência. Figueiredo (2022) indica que as intervenções policiais podem levar a violações dos direitos humanos, colocando esta população em risco mortal. A repressão dos comportamentos de pobreza, como a mendicância, intensifica a marginalização. As iniciativas de “polícia urbana” promovem a exclusão e a violência estrutural, criando um contexto hostil para estas pessoas (Martins, 2019).

A exclusão da população em situação de rua está intimamente relacionada a uma configuração social desigual. Como aponta Souza (2020), as políticas económicas e sociais tendem a beneficiar os mais ricos, agravando a desigualdade e mantendo os grupos vulneráveis num ciclo de marginalização. As consequências psicológicas desta exclusão são profundas, conduzindo muitas vezes a problemas de saúde mental e dependência de substâncias (Carvalho, 2021).

4. PERSPECTIVA DE MUDANÇA

A população em situação de rua, historicamente marginalizada e estigmatizada, sofre as consequências diretas da necropolítica. As políticas públicas, muitas vezes, se limitam a ações pontuais e assistencialistas, sem abordar as raízes do problema. A criminalização da pobreza, a violência policial e a falta de acesso a serviços essenciais como saúde e moradia são exemplos concretos dessa lógica. A pandemia de COVID-19 intensificou essa situação, evidenciando as desigualdades sociais e a vulnerabilidade desse grupo. A falta de acesso a testes, tratamento e

vacinação, aliada às condições precárias de vida, resultou em um número desproporcional de mortes entre pessoas em situação de rua.

Dentre as faces da Necropolítica estão a criminalização da pobreza; a criminalização de atos como pedir esmola e dormir em espaços públicos transforma pessoas em criminosos, legitimando a violência policial e a privação de liberdade. A violência policial contra pessoas em situação de rua é frequente e muitas vezes resulta em mortes, a falta de responsabilização dos agentes do Estado agrava a situação. Negação do direito à cidade; a população em situação de rua é constantemente removida de espaços públicos, negando-lhe o direito à cidade e à convivência social. Falta de acesso a serviços essenciais; a dificuldade em acessar serviços de saúde, assistência social e moradia expõe essa população a um risco maior de adoecimento e morte.

Para superar a lógica da necropolítica e garantir a dignidade da população em situação de rua é preciso seguir caminhos para a mudança;

Descriminalização da pobreza: É fundamental despenalizar atos como pedir esmola e dormir em espaços públicos, reconhecendo a condição de vulnerabilidade dessas pessoas.

Reforma da política de segurança pública: A polícia deve ser treinada para lidar com a população em situação de rua de forma humanizada e respeitosa, priorizando a proteção e o acolhimento.

Garantia do direito à cidade: É preciso garantir o acesso a espaços públicos e a participação social dessa população, combatendo a estigmatização e a discriminação.

Expansão de políticas públicas: É fundamental investir em políticas públicas que garantam o acesso a moradia, saúde, educação e trabalho para essa população.

Fortalecimento da sociedade civil: A sociedade civil organizada tem um papel fundamental na luta pelos direitos dessa população, pressionando os poderes públicos e oferecendo serviços de apoio.

A superação da necropolítica em relação à população em situação de rua é uma questão de justiça social e de respeito à dignidade humana. É preciso construir uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos tenham direito a uma vida digna. Ao longo da história, o poder não se manifestou apenas através da repressão, mas

também através de técnicas mais sutis de controle. Foucault, em sua obra, A biopolítica, denomina esse tipo de poder de biopoder, que atua sobre os corpos e as populações, moldando-os para atender a determinados objetivos. Essa dinâmica se torna particularmente evidente no capitalismo, onde o biopoder se alia aos processos econômicos, como aponta o filósofo:

“Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto do seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como as instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de 216 ISSN: 2596-1632 VOLUME 2 NÚMERO 4 2020 anátomo e de biopolítica, inventados no século XVII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operam, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos.”
(FOUCAULT, 2012: 153-154).

A citação revela como o capitalismo não apenas explora a força de trabalho, mas molda os corpos e as vidas para garantir a acumulação de capital, ajustando os fenômenos de população aos processos econômicos. A construção de uma sociedade mais justa e equitativa é essencial para combater a necropolítica. Isso envolve a garantia de acesso universal a direitos básicos como saúde, educação e segurança, além de políticas que promovam a igualdade racial, de gênero e social. É preciso criar mecanismos de participação popular que permitam às comunidades mais vulneráveis influenciar as decisões que afetam suas vidas.

A luta contra a necropolítica exige a transformação das instituições. É necessário reformar as forças de segurança, combatendo a violência policial e promovendo a responsabilização dos agentes do Estado que cometem abusos. Além disso, é preciso fortalecer o sistema de justiça, garantindo o acesso à justiça para todas as pessoas e punindo os responsáveis por crimes de ódio e violência.

A educação é uma ferramenta fundamental para combater a necropolítica. É preciso promover uma educação que critique as desigualdades sociais e raciais, que valorize a diversidade e que promova a empatia e a solidariedade. A educação também deve capacitar as pessoas a exercerem seus direitos e a participarem ativamente da vida política. A comunicação e a cultura também desempenham um papel importante na luta contra a necropolítica. É preciso criar narrativas que valorizem a vida e a dignidade de todas as pessoas, e que denunciem as injustiças e as violências. A arte, a literatura e o cinema podem ser ferramentas poderosas para sensibilizar a população e promover a mudança social.

É importante ressaltar que a luta contra a necropolítica não se limita a ações isoladas. É preciso construir um movimento amplo e articulado, que mobilize a sociedade civil e exerça pressão sobre os poderes públicos. É necessário construir redes de solidariedade e apoio mútuo, para que as pessoas mais vulneráveis possam enfrentar os desafios que enfrentam. As perspectivas de mudança e a ação são elementos interligados que nos impulsionam a construir um futuro melhor. Ao desenvolver uma visão clara do futuro que desejamos, identificar os desafios e as oportunidades, e agir de forma estratégica e intencional, podemos transformar nossas ideias em realidade e contribuir para um mundo mais justo e sustentável.

5. CONCLUSÃO

A análise da marginalização das pessoas em situação de rua no Brasil, sob a perspectiva da necropolítica, evidencia como o Estado falha em garantir direitos fundamentais, contribuindo para a exclusão e desumanização dessa população. A abordagem de Achille Mbembe destaca a necessidade de repensar as políticas públicas que priorizam a gestão da vida, muitas vezes decidindo quem é considerado descartável. Esta análise revela um ciclo de vulnerabilidade e exclusão que perpetua condições de vida precárias. A falta de políticas públicas eficazes e a abordagem assistencialista ignoram as necessidades reais e a autonomia dessas pessoas, aprofundando seu estigma e discriminação.

A superação da necropolítica em relação à população em situação de rua é uma questão fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. É essencial reconhecer a dignidade humana e os direitos básicos de todos os indivíduos, independentemente de sua condição social. Além disso, a violência

policial e a repressão aos comportamentos associados à pobreza contribuem para um ambiente hostil, resultando em graves violações de direitos humanos. A desigualdade estrutural no acesso a recursos e oportunidades acentua essa marginalização, levando a consequências psicológicas e sociais devastadoras.

É crucial promover a inclusão social e revisar as políticas existentes para garantir a dignidade e os direitos humanos dessas pessoas. A descriminalização da pobreza, a reforma das políticas de segurança pública e a ampliação do acesso a serviços essenciais são passos cruciais para reverter o ciclo de marginalização e violência. Somente com um compromisso coletivo e ações concretas poderemos construir uma sociedade mais justa, onde todos tenham voz e vez.

Além disso, o fortalecimento da sociedade civil e a promoção de uma educação crítica e inclusiva são fundamentais para empoderar essa população e sensibilizar a sociedade sobre suas realidades. A luta contra a necropolítica não deve ser vista como uma ação isolada, mas como um movimento coletivo que exige a articulação de diferentes setores da sociedade. Por fim, é necessário criar um ambiente onde a participação popular seja valorizada, permitindo que as comunidades vulneráveis influenciem as decisões que afetam suas vidas. Somente por meio dessa transformação integrada e solidária será possível garantir um futuro onde todos tenham acesso a uma vida digna, livres das amarras da marginalização e da violência.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, R. (2021). "Saúde Mental e População em Situação de Rua: Um Estudo Crítico". Revista Brasileira de Saúde Pública.

CERQUEIRA, Wagner e Francisco. <Problemas sociais nas cidades do Brasil>, Mundo Educação, 2024. [Online], disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/problemas-sociais-nas-cidades-brasil.htm>. Acesso em 11 de novembro de 2024.

FIGUEIREDO, A. (2022). "Violência Policial e a Necropolítica nas Grandes Cidades". Cadernos de Sociologia.

FLORENTINO DA SILVA, Adilson, CASTRO BARBOSA, Ana Lourdes, MELLO CASTELO BRANCO, Maria Cristina. <A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais - deficiência física>, Secretaria de Educação Especial, Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 6º andar, Gabinete, Cep: 70047-901 – Brasília – DF, 2006, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>. acesso em: 11 de novembro de 2024

FOUCAULT, 2012: 153-154, Mbembe, A. (2003). Necropolítica. DADOS, 46(2), 201-222.

IGNÁCIO, Júlia. Necropolítica: Explicamos o conceito de Achille Mbembe, Politize, [online], posto online no dia 30 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/necropolitica-o-que-e/>>, Acesso em 11 de novembro de 2024.

MARTINS, L. (2019). "A Criminalização da Pobreza e seus Impactos". Revista de Direitos Humanos.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: M. Fontes, 1998.

PERISTA, Pedro e BAPTISTA, Isabel. <A estrutura da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa - conceitos, dinâmicas e desafios para a ação>, Fórum sociológico, série II, [Online], posto online no dia de setembro de 2012, disponível

em: <http://journals.openedition.org/sociologico/165>; Acesso em: 11 de novembro de 2024.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Brasília; São Paulo: Editora Universidade de Brasília; Editora Ática, 1989

SILVA, T. (2020). "Autonomia e Assistência: Um Debate Necessário". Estudos em Políticas Públicas.

SILVA, Virgílio Afonso. Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia, 2009, pág. 46.

SOUZA, J. (2020). "Desigualdade Social e Marginalização: Uma Análise Crítica". Revista de Ciências Sociais.

3 violações de direitos mais comuns no Brasil. Fundo Brasil. [Online], 2024, disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/violacoes-de-direitos-humanos-comuns-no-brasil/>. acesso em: 11 de novembro de 2024.